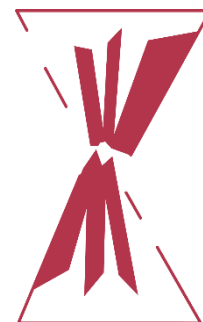



Transformações e crises nos partidos políticos: o caso do PSDB

***Transformations and crises in political parties:
the case of PSDB***




BRAGA, Maria do Socorro Sousa*

 <https://orcid.org/0000-0003-2141-9778>

FRANZON, Davi J.**

 <https://orcid.org/0000-0002-4963-5379>

MIRANDA, Jeferson Alexandre***

 <https://orcid.org/0000-0002-0481-6117>

RESUMO: O PSDB foi um dos partidos que mais sofreu com a continuidade dos governos do PT no período de 2003 a 2015, e, em 2018, com a eleição da extrema-direita. Desde então o partido vem apresentando forte declínio organizacional e eleitoral. Diante das transformações e crises desse partido este trabalho tem dois objetivos. O primeiro é verificar em quais condições o PSDB chega para enfrentar sua crise atual, após um pouco mais de três décadas de existência. O segundo propósito, é discutir quais são as possíveis razões que estão relacionadas ao seu declínio político-eleitoral. Argumentamos que a consolidação de uma organização fraca levou ao longo do tempo o PSDB a uma fragilidade institucional e eleitoral. Para demonstrar esse argumento lançamos mão de estatísticas

ABSTRACT: The PSDB was one of the parties that suffered most from the continuity of PT governments from 2003 to 2015, and, in 2018, with the election of the alt right. Since then, the party has been showing a strong organizational and electoral decline. This effort has two goals in light of the changes and crises that this party is experiencing: the first one is to determine how, after a little over three decades of existence, the PSDB ends up with its current problem. The second purpose is to discuss what are the possible reasons that are related to its political-electoral decline. We argue that the consolidation of a weak organization led the PSDB to institutional and electoral fragility over time. To demonstrate this argument, we made use of descriptive statistics with organizational data,

* Doutora pela Universidade de São Paulo, (USP), professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA), Bolsista Produtividade do CNPq (PQ2) E-mail: msbraga@ufscar.br

** Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL/UFSCAR), pesquisador do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA). E-mail: davifranzon@estudante.ufscar.br

*** Especialista em História, Cultura e Poder, pela Universidade do Sagrado Coração (UNISAGRADO/Bauru), Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL/UFSCAR), pesquisador do Grupo de Pesquisa Ideias e Intelectuais para o Desenvolvimento e a Democracia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: jeferson.miranda@estudante.ufscar.br



descritivas com dados organizacionais, dos recursos públicos dos partidos e dos votos e cadeiras angariados pelo PSDB ao longo de sua trajetória desde 1998. Nossa principal conclusão é a de que os anos na oposição aos governos petistas e as consecutivas derrotas no cenário eleitoral nacional criaram pressões exógenas e endógenas que culminaram em um enfraquecimento do partido, finalmente uma transição inconclusa da coalizão dominante foi o fator determinante para a crise atual do PSDB.

PALAVRAS-CHAVE: Partidos Políticos, Organização Partidária, PSDB.

public resources of the parties and the votes and seats raised by the PSDB along its path since 1998. Our main conclusion is that the years in opposition to the PT governments and the consecutive defeats in the national electoral scenario created exogenous and endogenous pressures that culminated in a weakening of the party, finally an unfinished transition of the dominant coalition was the determining factor for the current crisis of the PSDB.

KEYWORDS: Political Parties, Party Organization, PSDB.

*Recebido em: 19/07/2023
Aprovado em: 28/09/2023*

Introdução

Entre os anos de 2018 e 2022, o PSDB passou a vivenciar o seu período de maior vulnerabilidade e fragilidade. Neste momento, o partido navegou por águas turbulentas e enfrentou dificuldades que colocaram em xeque a sua história como organização partidária da Nova República brasileira. O estudo que se faz presente neste trabalho quer entender qual o caminho trilhado pelo PSDB, que levou a uma grande fragmentação de seus quadros internos e ao flagrante insucesso nas urnas no ano de 2022. Foram anos em que uma crise interna se instalou de tal forma a implodir a cúpula dirigente do partido, tendo como consequência uma reconfiguração nacional que levou a ocupar posições equidistantes de seu passado vitorioso, momento que por duas vezes governou o Executivo do país. Por isso, propomo-nos investigar como as questões exógenas (aqui essencialmente especificadas pelas derrotas na corrida eleitoral e na perda dos cargos eletivos) impactaram nas questões endógenas (relações de poder) do partido, culminando no atual momento de quase refundação partidária.

Para compreendermos a crise do PSDB, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório e uma abordagem de estudo de caso. A técnica proporcionou um desenho de pesquisa guiado pelo detalhamento das características e das variáveis dependentes e independentes do fenômeno apresentado. A escolha decorreu da necessidade de compreender fatores distintos, endógenos e exógenos, o que só se tornou possível por meio de um processo de *causes-of-effect* (Silveira; Gomes, 2014). Em que pese o caráter quantitativo deste trabalho, a técnica tornou viável a exposição de dados coletados no repositório de estatísticas do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), no caso dos resultados

eleitorais entre os anos de 1998 e 2022, e a construção de encadeamentos válidos com as mudanças organizativas. Nosso desenho de pesquisa adotou os procedimentos essenciais para a produção de um cenário válido: uma pergunta de pesquisa; uma teoria para justificá-la, a coleta de dados para construí-la e a manipulação deles para comprová-la (King; Keohane; Verba, 1994).

A produção bibliográfica sobre as transformações e crises dos partidos políticos se estabelece a partir de uma profícua discussão acadêmica estabelecida ao longo do século XX, entranhada na teoria clássica da mudança social ocorrida na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Desde Michels (1982 [1911]) o partido, assim como toda estrutura organizacional, se desenvolveria de forma gradual, o que levaria a uma contínua hierarquização, oligarquização e formalização. Já na América Latina, com a terceira onda de redemocratização ocorrendo a partir da década de 1980, a centralidade dos partidos e do sistema partidário voltou ao debate nacional com a reorganização do pluripartidarismo. Nessa primeira fase, no Brasil, o foco caiu sobre a capacidade dos partidos de se tornarem organizações fortes, ou seja, em condições de serem representativas e institucionalizadas. Nos anos seguintes, análises passaram avaliar o quanto o sistema partidário poderia ser considerado consolidado ou não e se os partidos já demonstravam padrões de organização e competição mais estáveis. Na última década do século XX, com as turbulências na política nacional, a discussão se volta novamente para a reorganização do sistema partidário, mas agora focando na capacidade dos partidos tradicionais, especialmente aqueles da centro-direita e da direita, sobreviverem nesse novo contexto no qual a extrema-direita se colocou como força organizadora desse campo político. Na esquerda, os partidos mantiveram padrões organizacionais e eleitorais relativamente estáveis.

Partindo do pressuposto que o contexto ambiental e as condições endógenas de um partido podem ser o gatilho para conflitos e tensões que criam dinâmicas próprias, e que essas refletem nas relações de poder em um partido político, argumentamos que pressões exógenas e endógenas podem comprometer a atuação apresentada por um partido ao longo de sua vida, podendo levar a transformações organizativas, que por sua vez, podem gerar conflitos intrapartidários, que se não bem administrados, podem afetar, inclusive, a sua sobrevivência.

Essa interrelação pode ser observada em Panebianco quando se volta para discutir o grau de institucionalização partidária:

(...) os partidos se diferenciam principalmente pelo grau de institucionalização alcançado, que, por sua vez, depende das modalidades de formação do partido,

do tipo de modelo originário (e também do tipo de influências ambientais a que a organização é submetida) (Panebianco, 2005, p.103).

Este aspecto da análise é de fundamental importância para podermos compreender as mudanças e conflitos organizativos pelas quais um partido passa ao longo de sua existência. Em muitos casos, as transformações do ambiente externo, ou mesmo disputas internas, podem criar obstáculos desafiadores que comprometem a sua própria institucionalização e resultam em efeitos deletérios sobre as relações, o grau de coesão e de estabilidade de um partido. Mudanças exógenas e endógenas podem até mesmo afetar o equilíbrio de poder interno, promovendo mudanças na coalizão dominante¹ ou alterando as relações de dominação e subordinação em relação aos ambientes de atuação (Panebianco, 2005).

Panebianco apresenta a organização dos partidos contemporâneos sintetizada em três pontos: a) os fins de uma organização não podem ser determinados a priori; b) em todas as organizações existem uma pluralidade de fins; c) o principal objetivo dos dirigentes é a manutenção do seu poder. Desta forma, o autor distingue dois tipos de incentivo que embasariam a permanência da coesão partidária: incentivos coletivos e incentivos seletivos. A primeira forma é, para o autor, uma conduta ideológica partidária que garantiria recompensas simbólicas para seus militantes. “Já o segundo caso constitui recompensas materiais formadas por cargos na organização partidária, distribuídos para seus dirigentes” (Panebianco, 2005, p. 103).

Se partimos da afirmação de que o poder organizativo é baseado em trocas de incentivo como formas de controle sobre zonas de incertezas estruturais, compreendemos porque elites dominantes precisam, quando no controle de partidos políticos, buscar distribuir incentivos coletivos e seletivos de identidade para manter cristalizada sua posição de equilíbrio.² Essa forma de ação pode levar a necessidade de manter um certo monopólio de recursos de poder por parte de uma liderança, apagando aos poucos as características ideológicas e democráticas das organizações partidárias. O apagamento dos elementos primordiais ligados à gênese do partido pode distanciar do

¹ Para Panebianco (2005), o poder decorre de uma relação, assimétrica, mas recíproca. Desta forma ele se manifesta em uma negociação desequilibrada, ou ainda, em trocas desiguais, em que um agente se sobrepõe a outro. Partindo da definição de Michels (1982 [1911]) e daquilo que Duverger (1970) denominou de “círculo interno”, o autor cria a expressão “coalizão dominante”. Diferente da concepção de Michels (1982 [1911]) de “elite”, Panebianco (2005) afirma que a coalizão dominante controla as ações do partido, mas não de forma plena.

² Entende-se por zonas de incerteza, áreas, locais, grupos e/ou tendências do partido que não são controladas pela coalizão ou não estão dentro de sua zona de influência direta. Para que a elite do partido consiga atuar, ela oferece incentivos às zonas de incerteza, que na negociação sempre buscam algo em troca – cargos, mudança de discurso, ênfase em critérios ideológicos, entre outros. Cf. Panebianco (2005).

processo de tomada de decisão a militância mais fiel, o que invariavelmente se torna base para crises de representatividade tanto na esfera local, como na nacional.

A lealdade numa organização partidária:

Depende da distribuição de incentivos coletivos (de identidade) tanto para os membros da organização (os militantes) quanto para uma parte dos usuários externos, o eleitorado fiel. É um processo relacionado à formação de uma “identidade coletiva” que, todavia, é guiada e plasmada pelos próprios fundadores do partido (Panebianco, 2005, p. 101).

Enquanto a coalizão dominante de um partido manter domínio completo sobre a distribuição de recursos de poder, grupos minoritários estarão alijados de mudanças organizativas a seu favor, cenário que somente pode ser alterado com uma queda dos incentivos coletivos de identidade, aumentando zonas de incertezas que podem ter como resultado o rompimento de um equilíbrio em favor de um determinado status-quo.

Em termos de análise, para Panebianco, a mudança organizativa pode ser dividida em três fases: a) a crise organizativa – geralmente desencadeada por uma pressão exógena que culmina em um agravamento dos termos em uma arena eleitoral; b) desagregação da antiga coalizão dominante – que pode avançar para uma substituição do grupo dirigente; c) reestruturação organizativa – mudança na fisionomia, nas regras do jogo ou nas regras da competição interna, o que leva a uma inovação organizativa e a possível consolidação do novo grupo dirigente.

Ao final o processo resulta em uma reestruturação, ou seja, uma redefinição dos objetivos oficiais.

Enquanto o sistema estiver em equilíbrio, ou seja, enquanto a coalizão dominante conseguir equilibrar a entrega de incentivos seletivos, as elites minoritárias, os grupos excluídos da coalizão, não tem muitas chances de reestruturar em seu próprio favor as alianças internas, uma vez que os recursos do poder (...) estão concentrados nas mãos da coalizão dominante. É ruptura do equilíbrio que abre caminho para a passagem de grupos até então excluídos (Panebianco, 2005, p.479-480).

A evolução de uma organização partidária não pode ser desassociada de fatores como seu surgimento, sua história organizativa, das relações estabelecidas com o ambiente externo e da forma como as elites direcionam os recursos na distribuição de incentivos coletivos e seletivos para seus filiados. Participação (ou não) em governos, derrotas eleitorais, investimentos externos acabariam por determinar se a institucionalização de um partido irá se apresentar como fraco ou forte.

Uma institucionalização forte se liga a uma coalizão dominante coesa, com poder de distribuição de incentivos organizativos e de controle de zonas de incertezas. Por outro lado, institucionalizações fracas representam coalizões não-coesas ou pouco coesas, o que favorece o surgimento de facções, elemento impeditivo para uma centralização do monopólio de distribuição de incentivos e de aumento gradativo das zonas de incerteza entre os diversos grupos intrapartidários.

Tavits (2013) afirma que partidos com organizações fortes podem ser mais persuasivos do que suas contrapartes fracas. Eles são mais propensos a agir de forma competente, confiável e responsável. Graças às suas estruturas permanentes podem formular políticas de forma mais eficaz, lidando melhor com desafios e responsabilidades ambientais exteriores. Isto lhes garante mais credibilidade e possibilitam tornar-se entidades estáveis e não apenas uma aliança eleitoral temporária. São partidos com organização forte aqueles que tem estruturas administrativas, de pessoal e de atividades para além do cargo público exercido pelos seus membros, isto porque, eles também concederiam poder aos membros militantes, atenuando posições políticas extremistas ou alienantes a seus eleitores.

Por outro lado, uma organização forte pode não ser o desejado para alguns estilos de lideranças. Subunidades locais ou nacionais podem ser mais fortes, ou centralizadoras do que outras e o resultado pode ser uma distribuição de poder intraorganizacional irregular. Neste caso, ao se fortalecer a organização pode-se estar enfraquecendo a própria potência das elites partidárias. Questões ambientais, de não-incentivo ou de competição partidárias podem influir nas escolhas das lideranças quanto a estruturação de seus partidos enquanto organizações.

Os líderes de um partido são provavelmente os mais influentes dos atores internos da coalizão. Estudos demonstram que a liderança é decisiva para uma variedade de resultados alcançados, uma vez que os líderes são capazes de mover as preferências de grupos em direção a objetivos premeditados. Uma liderança “amadora” está mais propensa a ser associada às organizações partidárias fracas, enquanto líderes “profissionais” estão mais ligados com as fortes (Tavits, 2013)³.

Amadores e profissionais diferem em seus valores, conhecimentos e comportamentos. Os primeiros enfatizam o papel das ideias e princípios; eles são

³ Em sua análise, a partir dos casos analisados, a autora afirma que o estilo de liderança desempenhou um papel significativo na determinação do tipo de organização que um partido construiu. Partidos com organizações fortes foram predominantemente dominados por líderes com estilo profissional – pragmáticos em vez de ideológicos, ambiciosos, mas não egocêntricos, experientes em gestão e administração – que, como esperado pela teoria, investiram conscientemente em desenvolver a organização partidária.

membros puristas e orientados ideologicamente (Wilson, 1962). Profissionais, por outro lado, são pragmáticos, enfatizam as relações interpessoais, a acomodação de interesses e têm uma visão instrumental, para eles o partido é um veículo para conquistar cargos e alcançar recompensas (Cotter *et al.* 1984). Em geral, líderes pragmáticos tendem a ver a política em termos de ganhos ou perdas, eles estão menos preocupados com questões ideológicas. A capacidade de atuar com sucesso no incentivo à construção de uma organização, por sua vez, depende do estilo de liderança, das experiências e das convicções que moldam as escolhas na construção do partido, estas combinadas aos fatores ambientais influenciam significativamente a extensão e a força de uma organização.

Este trabalho está estruturado, além desta introdução, em quatro seções e as considerações finais. Na primeira seção, faremos uma breve descrição da organização do PSDB, enquanto partido político, apontando vantagens e desvantagens que esta constituição pode ter somada a sua história partidária. Verificamos, ainda, em quais condições organizacionais e eleitorais o PSDB se encontra nessa fase de reorganização do sistema partidário. Na segunda seção, demonstraremos através dos números como as pressões ambientais exógenas se avolumaram a ponto de comprometeram sua estabilidade interna desencadeando a crise organizativa, entendida como a primeira fase da transição apontada por Panebianco. Na terceira seção, passamos a interpretar os números a luz do contexto ambiental em que eles foram gerados, enquanto na quarta, nos preocupamos em apresentar como as pressões exógenas criaram barreiras endógenas que minaram o equilíbrio da coalizão dominante e do status-quo até então mantido pelo partido. Neste momento analisaremos como a desagregação da cúpula partidária do PSDB criou dificuldades para a substituição do grupo dirigente. Por fim, nas considerações finais procuramos refletir sobre o atual momento vivenciado pelo partido e sobre as possibilidades de uma reestruturação organizativa peessedebista.

O enquadramento teórico do PSDB.

Apesar de se designar um partido social-democrata, o Partido da Social Democracia Brasileira, desde sua origem, buscou se distanciar de seus homônimos europeus que apresentavam legitimação “externa” e forte ligação com uma base social⁴.

⁴ O PSDB comparativamente, em sua fundação, se distancia do perfil clássico dos Partidos Sociais Democráticos europeus no mesmo momento correspondente. Entretanto, é verdadeiro pensar que contextualmente, no final do século XX, a Social-Democracia em todo mundo havia se inclinado a um modelo mais moderadamente liberal, entendida como Terceira Via, caminho que em grande parte também será adotado pelo partido brasileiro. Para maiores informações ver Giddens (1999).

O PSDB surgiu durante o período da Redemocratização, pós-governo militar, no ano de 1988, durante os trabalhos do Congresso Constituinte, como uma cisão interna do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) e tinha como lideranças uma ala autoproclamada progressista à esquerda.

Neste sentido, essa origem parlamentar o difere dos seus coetâneos da Europa porque ele não estava vinculado ao movimento das massas trabalhadoras ou sindicatos, pelo contrário, apoiava-se em políticos que formavam uma elite intelectual e acadêmica com grande influência nacional. Essa característica, por si mesma, baseada na literatura tradicional, deveria conduzir sua institucionalização como uma organização forte, algo que nos parece certo quando fazemos uma leitura inicial de seu estatuto.

Entretanto, autores como Roma (2002) o classificam como uma estrutura organizacional fraca e descentralizada, afirmando que ela apresentava poucas instâncias de veto efetivo pela militância, concentrando poder de decisão nas lideranças, e, por outro, garantindo ampla liberdade de decisão aos diretórios na tomada de decisão sobre questões locais. Resultava disso uma alta concentração de decisões nacionais em uma cúpula parlamentar, enquanto garantia autonomia para as instâncias locais.

Analisando a gênese do PSDB, verificamos que ele nasceu por difusão territorial. De sua criação, em 25 de junho de 1988, participaram quarenta deputados federais, oito senadores, um governador, dois ministros, dois deputados federais sem mandato. Foram criadas dezessete Comissões Provisórias, a partir da adesão de eleitores de diversas localidades nas diversas unidades da federação, 53,21% estavam no Sudeste, 19,26% no Centro-Oeste, 15,59% no Sul, 9,17% no Nordeste, 2,75% no Norte (Mayer, 2011). Em 24 de agosto de 1989, a resolução nº 15.494/89 do TSE concedeu registro nacional a partir da criação das comissões provisórias instaladas nos seguintes estados: Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Roraima, Rondônia e Tocantins. No ano de 1990 as comissões provisórias se estruturaram nos demais estados da federação.

Estes elementos sugerem que as instâncias locais e regionais do partido nasceram sem uma forte coordenação central, de forma autônoma nos municípios e estados brasileiros, estabelecendo-se sem muito intrincamento horizontal no território nacional. Isto é ainda mais evidente quando confrontamos a unidade federal dos parlamentares fundadores e as comissões estaduais formadas em 1989. Percebemos que, neste ínterim, estados que tinham deputados ou senadores associados ao partido, conseguiram formar

sua comissão somente no ano de 1990.⁵ Para Roma (2002) isto se deu como uma forma de estratégia eleitoral⁶, em sua visão esta opção permitiu ao partido estabelecer alianças com maior potencial, resguardando a cúpula parlamentar as decisões nas disputas no cenário nacional e ampliando as possibilidades de vitórias no âmbito local.

Podemos destacar que o desenvolvimento organizativo do partido deve ser entendido em um contexto de crescimento paralelo de prestígio, catapultado por um cenário nacional, que colocou Fernando Henrique Cardoso como padrinho do Plano Real, que trouxe estabilização econômica nacional e conseguiu interromper uma série inflacionária herdada das duas décadas anteriores. Esse elemento colaborou significativamente para a ascensão de seu “carisma situacional” e, em 1994, o levou à Presidência da República. Essa ascensão meteórica do partido fortaleceu a consolidação dos status-quo inicial e potencializou sua difusão territorial, selando a configuração de uma institucionalização como organização fraca, como apontado Roma (2002).

Fica evidente que o PSDB se formou a partir de uma elite parlamentar, e esta, cristalizou-se com a chegada e permanência no poder nacional, entre os anos de 1994 e 2002. Neste processo outra característica se torna comum, a de ser um partido amplamente *office-seeking*, algo verificável em sua agenda de composições, coligações e coalizões com a centro-direita e a direita. Este recurso denota a alta profissionalização de seus quadros que em busca de incentivos seletivos optavam pelos melhores cenários que lhes facilitariam a ocupação de cargos num governo (Roma, 2002; Genajo, 2003; Guiot, 2006; Assumpção, 2008; Dulci, 2010; Vieira, 2016). Sua rápida chegada ao poder parece demonstrar o sucesso de sua estratégia inicial de institucionalização, que conscientemente preferiu por se estabelecer como uma organização fraca, mas com quadros profissionalizados, conforme estabelecido anteriormente por Cotter *et al*, 1984. Sua cúpula partidária demonstra desde sua fundação a visão instrumentalista de acomodação de interesses, e sua militância, muito pouco crédula, sempre buscou angariar incentivos seletivos.

⁵ Cremos ser importante salientar que a continentalidade do território brasileiro também favorece essa descentralização organizativa, uma vez que essa característica geográfica acaba por contribuir para se criar grandes diferenças regionais de tipo sociocultural, que podem forçar uma organização a necessidade de adaptar-se para equalizar, em seu interior, a grande diversidade apresentada nacionalmente. Isto pode conferir as localidades, distribuídas pelo país, grande liberdade e autonomia, em relação ao centro, uma vez que uma estrutura centralizada demandaria um grande esforço político e organizacional e um forte aparato central.

⁶ Para Roma (2002) as motivações pragmáticas e eleitorais reforçam a origem essencialmente parlamentar do PSDB. Isto ocorreria pelos seguintes motivos: i) pequeno espaço político concedido as elites fundadoras no governo do pemedebista José Sarney; ii) da possibilidade de exclusão desses políticos das eleições em 1989; iii) da possibilidade de angariar um espaço político no centro, entre aqueles que estavam descontentes com o governo federal.

O que no início se demonstrou como uma estratégia eficiente, ao logo do tempo, pode ter selado sua evolução institucional e organizativa, explicando hoje a sua crise partidária. Uma vez fora do governo, a partir de 2002, o PSDB passou a encarnar a grande oposição aos governos petistas, polarizando com estes, as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. As constantes derrotas e a perda da máquina do Estado tiveram grande impacto sobre o partido, o que levou a cúpula promover reformas internas que elevaram o grau de concentração decisória e de centralização de suas estruturas – como uma tentativa de frear a fragmentação federalista – algo apontado por Ribeiro (2013). A passagem para a oposição durante os anos do Governo Lula (2002-2010) e posteriormente de Dilma (2011-2016) alterou os seus termos de troca na arena eleitoral, as derrotas seguidas no plano nacional e a perda do controle em estados-chave da federação aumentaram a pressão sobre a coalizão dominante, levando a cúpula partidária a um entrincheiramento na Executiva e no Conselho Nacional, movimento que começa a ser sentido a partir de 1999.

A concentração de poder nas comissões executivas frente aos diretórios em todos os níveis e as mudanças estatutárias permitiram que estas primeiras passassem a exercer atividades que cabiam aos segundos, principalmente a partir do momento em que a executiva nacional passou a legislar sobre as coligações (no nível estadual e municipal), sobre os mandatos (prorrogação ou antecipação) dos dirigentes partidários – isto alterou significativamente a autonomia das instâncias locais (Ribeiro, 2013). Localmente os quadros políticos, acostumados com a liberdade anteriormente estabelecida, se veem alijados de suas possibilidades de composição, o que repercute diretamente nas possibilidades de se alcançar os desejados incentivos seletivos (cargos públicos, partidários e candidaturas).

De acordo com nosso argumento, isto repercutiu diretamente no fenômeno de perda de espaço político que culminou nas eleições de 2018, momento em que o PSDB atingiu o seu pior desempenho eleitoral nacional. As seguidas perdas eleitorais e o enxugamento de cargos públicos obtidos por seus quadros, podem demonstrar que seu colapso partidário, reflete uma sequencial perda de postos políticos e fundo partidário, colocando em xeque a manutenção de seus quadros altamente profissionalizados em busca de incentivos seletivos. Desde então, o ocaso do PSDB pode representar um evento que ao longo do tempo, colocou em xeque as suas opções de institucionalização e organização inicial, que sem ter o controle do Estado, culminou no atual momento vivido pelo partido.

O colapso do PSDB nas competições políticas: declínio eleitoral e parlamentar nacional e subnacional

As eleições, sob as mais variadas formas, as Casas Legislativas, o Executivo e os partidos políticos são as instituições centrais das democracias contemporâneas. Nesse contexto, o partido tem a função de canalização e estruturação de conflitos e demandas sociais. Sartori (1982) propõe uma definição mínima de partidos políticos adequada para este estudo: “Um partido é qualquer grupo político identificado por nome oficial que se apresenta em eleições e é capaz de apresentar, em eleições livres ou não, candidatos aos postos públicos”. Cabe aos partidos numa democracia de massas, portanto, representar os interesses existentes na sociedade, seja na arena parlamentar, seja no exercício do governo. Mas para desempenhar esse papel de mediador da representação política, os partidos precisam competir na arena eleitoral por votos que serão transformados, conforme os sistemas eleitorais, em cadeiras parlamentares e postos nos Executivos nacional e subnacionais. Consoante a ampla estrutura de oportunidades multinível de um sistema político como o brasileiro, um partido para sobreviver precisará de uma gama crescente de recursos e incentivos seletivos e coletivos. Mas como o PSDB chegou a sua crise atual? Do ponto de vista eleitoral, apesar de recém-constituído e ainda com organização provisória, a estreia do PSDB se deu nas eleições municipais de 1988, disputando com candidatos próprios e conseguindo vitórias importantes, como em Minas Gerais, onde conquistou as prefeituras de Belo Horizonte com Pimenta da Veiga, e de Contagem, com Ademir Lucas Gomes, além de mais cinco prefeituras nesse estado. No Ceará, elegeu Ciro Gomes a prefeitura de Fortaleza. Ao todo, o PSDB elegeu dezoito prefeitos, sendo sete em Minas Gerais, cinco em São Paulo, três no Espírito Santo, um no Mato Grosso do Sul, um em Pernambuco e um no Amazonas. Elegeu, nesses mesmos estados, cerca de 215 vereadores.

Contudo, o PSDB iniciou sua trajetória de forma muito frágil. Estreou nas disputas políticas nacionais na primeira eleição presidencial solteira em pleno processo de redemocratização do país, em 1989, quando lançou o senador Mário Covas, conseguindo apenas o 4º lugar na disputa, obtendo 11,52% dos sufrágios. Nessa fase inicial, ainda teve a bancada na Câmara dos deputados, que contava com 37 deputados, no ano de sua fundação, pouco alterada (38 deputados) nas Eleições Gerais de 1990, quando paralelamente conseguiu eleger apenas um Governador e um Senador, ambos no Ceará. O partido consegue reverter essa trajetória em parte nas Eleições Municipais de 1992, quando elege 332 prefeitos, dos quais 5 em capitais. A capilaridade do PSDB se restringe, portanto - durante os seus primeiros anos - à região Sudeste, com um notório

crescimento no estado do Ceará devido à influência do deputado federal Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A ascensão dos tucanos a primeira força política vem com a vitória nas eleições de 1994. Após uma campanha marcada pelo sucesso do Plano Real, a coalizão PSDB-PFL-PTB logrou 54,27% dos votos, conseguindo eleger Fernando Henrique Cardoso o Presidente da República em primeiro turno. Para isso, o PSDB se aproximou do PFL, atual União Brasil, procurando dividir o campo da direita. Visava também atrair os eleitores do Nordeste, onde o PFL tinha uma grande base eleitoral, região onde o PSDB não possuía muita força. Na Câmara dos Deputados, o PSDB passou de 38 deputados para 62 em 1994; no Senado, o seu único parlamentar foi acompanhado de mais nove senadores. A geografia do crescimento eleitoral do partido foi também extremamente relevante, pois ela ocorreu sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, indicando que o PSDB não só cresceu, mas também se nacionalizou.

No meio do seu primeiro mandato, o PSDB articulou a mudança constitucional que permitiria a reeleição para ocupantes de cargos executivos, inclusive o próprio presidente FHC e todos os governadores em exercício. Conforme a tabela 1 nas eleições de 1998 os tucanos se manteriam com muita força conseguindo reeleger o presidente FHC ainda no primeiro turno.

Tabela 1: Desempenho eleitoral nas competições pela Presidência da República (1998-2018)

Ano	Candidato	Coligação	Voto 1º turno	%	Voto 2º turno	%
1998	FHC	PSDB/PFL/PPB/PTB/PSD	35.936.540	53,06		
2002	Serra	PSDB / PMDB	19.705.445	23,20	33.370.739	38,73
2006	Alckmin	PSDB / PFL	39.968.369	41,64	37.543.178	39,17
2010	Serra	DEM / PMN / PPS / PSDB / PT do B / PTB	33.132.283	32,61	43.711.388	43,95
2014	Aécio	PSDB / PMN / SD / DEM / PEN / PTN / PTB / PTC / PT do B	34.897.211	33,55	51.041.155	48,36
2018	Alckmin	PSDB / PTB / PP / PR / DEM / SOLIDARIEDADE / PPS / PRB / PSD	5.096.350	4,76		

Fonte: TSE

O segundo mandato do PSDB foi atingido pela crise econômica internacional, ficando sem condições de entregar promessas de campanha. Durante as eleições de 2002, coligando-se ao PMDB, perde aquele pleito para o seu principal rival, o PT,

retornando à oposição. Nas eleições seguintes, os tucanos buscaram recuperar fortemente a presidência da República. Nas eleições de 2006 o candidato do partido, Geraldo Alckmin, obteve 41,5% dos votos válidos no primeiro turno e foi para o segundo turno com o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, quando este obteve 61% dos votos válidos, sendo reeleito. O ex-prefeito de São Paulo José Serra foi vencedor na disputa do governo do estado pelo partido já no primeiro turno, consolidando um domínio da legenda em São Paulo que completaria, ao fim de seu mandato, dezesseis anos de poder. O candidato do PSDB na eleição presidencial de 2010 foi novamente José Serra. Ele perdeu no segundo turno para a candidata do PT Dilma Rousseff. Serra obteve quase 44% dos votos, enquanto Dilma obteve pouco mais de 56%. Em 2011 o partido formou a terceira maior bancada na Câmara, com 53 deputados federais, e a terceira maior no Senado, com onze eleitos. Nas eleições municipais de 2012, o PSDB se manteve como o segundo maior partido municipal do Brasil, após o PMDB, com 701 prefeitos e 5146 vereadores. O partido elegeu prefeitos de quatro capitais (Teresina, Maceió, Manaus e Belém).

O melhor desempenho eleitoral do PSDB na oposição veio nas eleições de 2014, quando Aécio Neves foi para o segundo turno com a candidata petista, Dilma Rousseff, e por pouco não venceu. A partir desse resultado iniciou uma série de eventos que vão resultar no colapso eleitoral do PSDB. O primeiro ocorre ainda no final de 2014, quando PSDB entrou com um processo no TSE com pedido de cassação da chapa do PT-PMDB por supostas irregularidades na campanha eleitoral daquele ano. Era a primeira vez que um partido questionava com tanta veemência os resultados das urnas, deslegitimando o processo eleitoral de renovação das elites políticas de uma democracia. O segundo evento se deu com a consumação do impeachment de Rousseff, ocasião em que o PSDB passou a integrar o governo impopular de Michel Temer, ocupando importantes ministérios.

As consequências de suas decisões anteriores chegaram nas eleições de 2018, quando o PSDB amargou o seu pior resultado na competição nacional, desde a redemocratização do país, ficando fora do segundo turno. Conforme a tabela 1 Geraldo Alckmin foi novamente o candidato tucano à presidência, e mesmo amparado pela maior coligação de partidos do pleito, que reuniu nove legendas e lhe garantiu cerca de metade do tempo de TV destinado ao horário eleitoral, acabou em 4º lugar na disputa, com menos de 5% dos votos. O terceiro evento ocorre ainda durante a campanha eleitoral dessas eleições, quando tucanos mais jovens no partido, os chamados “cabeças pretas”, resolveram apoiar o candidato do PSL, o deputado federal e ex-capitão do Exército, Jair

Bolsonaro, na disputa presidencial. E mesmo durante o governo da extrema-direita, o PSDB apresentou alinhamento de 87% com ele nas votações da Câmara.

Nas eleições municipais de 2020 o PSDB elegeu apenas 533 prefeitos, sendo a maioria em cidades com menos de 50 mil habitantes, conseguindo reeleger apenas 4 prefeitos nas capitais.

O quarto evento aprofundou a crise intrapartidária, afetando sobremaneira a sobrevivência do PSDB. Este se deu nas eleições de 2022, quando o partido preferiu ficar de fora da disputa presidencial devido a conflitos internos. Estes se avolumaram em 2021, quando o PSDB anunciou que faria uma prévia presidencial para anunciar o candidato do partido. Os candidatos principais foram os governadores de São Paulo, João Dória, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, respectivamente. João Dória foi o vencedor das prévias, porém renunciou sua candidatura presidencial devido à oposição interna. Sem candidato presidencial, resolveu criar uma federação com o Cidadania e apoiar a candidatura de Simone Tebet (MDB), indicando a vice na chapa, a tucana Mara Gabrilli.

A forte derrocada do PSDB a partir de 2018 pode ser observada para todos os cargos eletivos quando comparado com o seu desempenho com os pleitos anteriores, conforme demonstram as tabelas abaixo. No que tange ao apoio eleitoral nas urnas para a presidência da República, a tabela 2 revela o colapso eleitoral em todas as regiões geográficas do território nacional.

Tabela 2: Porcentagem de votos para presidente, por região e ano (1º Turno)

Ano	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Exterior	Total de votos
1998	57,61	61,15	47,73	55,35	49,17	66,21	35.936.382
2002	22,65	26,20	19,78	22,70	28,47	27,52	19.705.445
2006	36,38	51,59	26,15	45,22	54,93	44,82	39.968.369
2010	31,95	37,97	21,48	34,58	43,01	40,25	33.112.110
2014	28,13	40,99	15,39	39,46	47,21	49,51	34.897.211
2018	4,45	4,54	2,08	6,72	4,40	3,45	5.096.350
2022	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: TSE⁷

Nas tabelas 3 e 4 podemos observar o enxugamento do partido na Câmara dos Deputados Federais. Especificamente na tabela 4 observamos a perda de espaço nos diversos estados da União, o que demonstra seu enfraquecimento como partido nacional.

⁷ Importante lembrar que em 2022 o PSDB não apresentou candidatura própria a Presidência da República.

Tabela 3: Desempenho por número de candidatas, votos e eleitos para a Câmara dos Deputados (1998-2022)

Ano	Votos (em mi)	Percentual sobre a totalização do pleito (%)	Candidatos lançados	Eleitos	Taxa de ocupação na Câmara (%)
1998	11.681.939	17,54	297	99	19,30
2002	12.473.743	14,26	311	70	13,65
2006	12.882.975	13,76	327	66	12,87
2010	11.479.666	11,67	329	54	10,53
2014	11.088.715	11,39	329	54	10,53
2018	5.891.806	6,00	258	30	5,85
2022	3.309.061	3,02	343	13	2,53

Fonte: TSE

Tabela 4: Porcentagem de cadeiras na Câmara, por região e ano

Ano	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
1998	13,13	8,08	26,26	43,43	9,09	99
2002	11,43	11,43	31,43	37,14	8,57	70
2006	9,09	9,09	27,27	43,94	10,61	66
2010	12,96	9,26	22,22	44,44	11,11	54
2014	9,26	16,67	20,37	42,59	11,11	54
2018	20,00	13,33	13,33	36,67	10,00	30
2022	0,00	30,77	7,69	38,46	23,08	13

Fonte: TSE

Nas tabelas 5 e 6 observamos que o mesmo padrão é encontrado na disputa pelo Senado, com o agravante de que em 2022 o partido fica fora daquela Casa Legislativa.

Tabela 5: Desempenho por número de candidatas, votos e eleitos para o Senado (1998-2022)

Ano	Votos (em mi)	(%)	Candidatos lançados	Eleitos	Taxa de ocupação no Senado (%)
1998	6.366.671	10,30	9	4	14,81
2002	21.360.291	13,90	23	8	14,81
2006	10.547.778	12,50	14	5	18,52
2010	31.907.919	18,44	17	6	11,11
2014	23.880.078	26,73	9	4	14,81
2018	19.932.712	11,72	23	4	7,41
2022	1.384.871	1,39	8	0	0

Fonte: TSE

Tabela 6: Porcentagem de cadeiras no Senado, por região e ano

Ano	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
1998	0	25	25	25	25	4
2002	25	12,50	37,50	12,5	12,5	8
2006	20	40	20	0	20	5
2010	16,67	16,67	16,67	33,33	16,67	6
2014	0	0	25	50	25	4
2018	25	25	25	25	0	4
2022	0	0	0	0	0	0

Fonte: TSE

Buscando demonstrar com maior exatidão o apequenamento do partido nas unidades da federação, as tabelas 7, 8, 9 e 10 apresentam seguidamente a perda de cadeiras nas Assembleias Estaduais e a diminuição de votos para seus candidatos a governadores, o que com o passar do tempo leva a perda dos executivos regionais.

Tabela 7: Desempenho por número de candidatos, votos e eleitos para a Assembleias Estaduais (1998-2022)

Ano	Votos (em mi)	Percentual sobre a totalização do pleito (%)	Candidatos lançados	Eleitos	Taxa de ocupação nas Assembleias (%)
1998	10.808.869	15,96	810	151	14,56
2002	11.295.890	13,08	711	137	13,23
2006	14.652.755	15,86	721	150	14,49
2010	13.097.202	13,40	734	118	11,40
2014	11.213.032	11,50	688	96	9,27
2018	6.810.675	7,03	580	73	7,05
2022	5.923.135	5,50	573	55	5,31

Fonte: TSE

Tabela 8: Desempenho por número de candidatos, votos e eleitos para Governador (1998-2022)

Ano	Votos (em mi) 1º Turno	Percentual sobre a totalização do pleito no 1º turno (%)	Votos (em mi) 2º Turno	Percentual sobre a totalização do pleito no 2º turno (%)	Candidatos lançados	Eleitos (soma dos dois turnos)	Taxa de ocupação dos executivos estaduais (%)
1998	13.127.319	19,89	16.295.927	34,60	14	7	25,93
2002	19.269.120	22,93	16.804.172	35,28	14	7	25,93
2006	28.124.381	30,15	5.754.549	15,05	17	6	22,22
2010	28.129.879	28,91	4.874.351	35,41	16	8	29,63
2014	26.050.143	26,71	5.918.485	16,84	13	6	22,22
2018	14.048.096	14,73	17.918.950	29,46	12	3	11,11
2022	8.104.516	7,47	8.713.714	14,45	8	3	11,11

Fonte: TSE

Tabela 9: Porcentagem de votos para governador, por região e ano (1º Turno)

Ano	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total de votos
1998	6,26	14,52	16,57	62,64	0	13.127.319
2002	5,52	10,95	12,34	66,48	4,61	19.269.120
2006	6,82	2,12	11,62	72,19	7,25	28.124.381
2010	8,63	5,85	6,33	64,27	14,97	28.129.879
2014	8,24	7,82	4,10	63,23	16,61	26.050.143
2018	2,46	8,94	7,52	65,82	15,26	14.048.096
2022	0	5,34	19,89	53,76	21,01	8.104.516

Fonte: TSE

Pressões exógenas que levaram a derrocada do PSDB

Conforme apresentado na seção anterior, os anos na oposição e as derrotas consecutivas trouxeram pressões exógenas que culminaram em um enxugamento do partido no nível nacional. Teoricamente, os dados apresentados parecem confirmar os argumentos de Panebianco (2005) quando este defende que, na primeira fase da transição organizativa, a crise é geralmente desencadeada por uma pressão exógena que culmina com um agravamento dos termos na arena eleitoral.

Nesta seção buscaremos analisar como essas pressões exógenas podem ter influenciado na desagregação da velha coalizão dominante do PSDB ao levar a um entrincheiramento desta nos mais altos graus decisórios, dificultando a substituição do grupo dirigente e conduzindo a uma transição incompleta. Aos poucos, as derrotas eleitorais somadas a diminuição das possibilidades de distribuição de incentivos seletivos, em uma situação de quadros altamente profissionalizados, tornou extremamente porosa as relações do partido com seus próprios membros e deste com os demais partidos concorrentes no cenário nacional. Essa porosidade permitiu a infiltração de interesses exógenos e com o tempo levou a um fisiologismo partidário que distanciou o PSDB de seus princípios fundadores.

O primeiro elemento exógeno que apresentamos vem da arena eleitoral em meio a um contexto marcado por turbulências políticas. Vários eventos críticos ocorridos a partir das grandes manifestações de 2013, entre os quais destacamos as várias denúncias de corrupção envolvendo quase todos os partidos pela Operação Lava Jato, o derretimento da base parlamentar do governo Rousseff com a saída de vários partidos (podemos citar: PROS, PRB, PMDB, PP), o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a chegada a presidência da república do seu vice – e algoz – Michel Temer, e finalmente, da ascensão da extrema direita ao poder nacional em 2018, levaram a desestruturação do sistema partidário brasileiro cuja origem remonta ao processo de Redemocratização.

Esse processo de desestruturação afetou todos os partidos tradicionais, mas especialmente os partidos da centro-direita, como o PSDB e o MDB. Todavia, desde as eleições municipais de 2016, estamos vivenciando um processo de reestruturação do sistema partidário, que embora tímido inicialmente ampliou-se consideravelmente nas eleições nacionais de 2018 e atingiu o seu ápice nas eleições locais de 2020. Ao longo desse processo partidos tradicionais como o PSDB vêm sofrendo perdas cada vez maiores diante da ascensão de partidos da direita definidos como adesistas. Estes, independente do espectro ideológico do partido no comando do governo federal buscam espaço na coalizão que pode lhes render recursos para suas estratégias de competição política.

Ao menos dois resultados desses movimentos no sistema partidário nacional estão relacionados a derrocada do PSDB: o primeiro, é o aumento da fragmentação do poder na Câmara dos Deputados, cuja principal consequência recai sobre a dificuldade dos partidos na oposição, como o PSDB desde 2003, sobreviverem sem os incentivos necessários para agregarem esses partidos. Some-se a esse quadro os novos mecanismos da legislação eleitoral que entraram em vigor desde 2017, exigindo dos partidos e dos políticos individualmente maior representatividade social. O segundo é a migração de ex-quadros do PSDB para esses partidos adesistas de direita. Em função dessas migrações o PSDB, conforme tabelas acima, vem tendo maiores desafios para preencher suas listas proporcionais nos três níveis de poder. Talvez esse quadro chegue ao seu ápice nas eleições de 2024. Esses movimentos do PSDB revelam como a competição partidária influencia tanto as estratégias dos partidos políticos como a configuração/reconfiguração das forças partidárias num sistema competitivo com o brasileiro.

O segundo elemento externo que explica a diminuição das bonificações surge como uma consequência do ambiente descrito anteriormente. A tabela abaixo demonstra dois elementos essenciais de um partido em termos de recursos para distribuição de incentivos coletivos e seletivos: o fundo partidário e o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

Tabela 11: Participação no Fundo Partidário e Tempo no HGPE

Ano	Fundo Partidário (Duodécimos)	Participação do PSDB no total distribuído	Fundo Partidário (multas eleitorais)	Participação do PSDB no total distribuído	Tempo no HGPE	Fundo Eleitoral	Participação do PSDB no total distribuído
1998	6.790.011,55	14,7%	0	0	11':48''		
2002	17.565.227,65	19,87%	967.728,38	19,85%	10':23''		
2006	22.765.417,48	15,95%	3.963.263,07	15,92%	10':22''		
2010	26.375.007,09	13,41%	4.872.444,09	13,40%	7':18''		
2014	40.340.065,21	10,84%	6.343.311,11	10,85%	4':35''		
2018	97.401.182,89	10,96%	11.877.253,92	10,96%	5':32''	185.868.511,77	10,83%
2022	67.623.011,18	6,37%	4.724.946,84	6,12%	2':37''	317.291.511,77	6,4%

Fonte: TSE

A tabela acima trata de três tipos de recursos distintos, mas complementares entre si. Todos têm uma relação direta com o desempenho das organizações partidárias na arena eleitoral. Estabelecido pela Lei 9.096, de 1995, Lei dos Partidos Políticos, o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, conhecido como Fundo Partidário, é composto por dotações do orçamento da União, multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, doações e a participação eventual de valores adicionais definidos pelo legislador. A distribuição segue uma fórmula que combina regras de acesso, de alocação igualitária e o desempenho nas urnas (Speck e Campos, 2021). A regra determina 5% dos recursos distribuídos de forma igualitária entre os partidos e os demais 95% repartidos conforme o número de cadeiras obtidas na eleição anterior para a Câmara dos Deputados. Os valores com origem do fundo partidário podem ser destinados para campanhas e para o pagamento de outras despesas ligadas ao funcionamento da organização.

Com relação ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha, ou Fundo Eleitoral, sua criação se deu por meio da Lei 13.487, de 2017, e da Lei 13.488, de 2017, que alterou as regras eleitorais no Brasil. Os valores para formação do fundo têm origem em dotações orçamentárias da União exclusivamente em anos eleitorais. A divisão prevê 2% repartidos igualmente; 35% entre as legendas com pelo menos um deputado federal, segundo a proporção de votos de cada uma na eleição anterior; 48% entre os partidos com representação na Câmara dos Deputados, seguindo a proporção das respectivas bancadas; 15% são divididos proporcionalmente à representação dos partidos no Senado. No caso do HGPE, recurso não financeiro, mas também público, a divisão, após as mudanças introduzidas pela reforma eleitoral de 2015, Lei 13.165, de 2015, a divisão do tempo segue a seguinte regra: 90% distribuídos proporcionalmente ao número de representantes do partido na Câmara e 10% de forma igualitária.

Como pode ser visto nesta breve revisão da legislação eleitoral, o desempenho das urnas está relacionado diretamente à capacidade de um partido em obter um volume maior dos três recursos em jogo e, conseqüentemente, ampliar a capacidade de distribuição de incentivos coletivos e seletivos⁸. A queda no desempenho do PSDB e, conseqüentemente, a perda gradual de participação nos recursos públicos em disputa, pode nos ajudar a compreender mais um dos elementos importantes na raiz da crise enfrentada pela cúpula da legenda ao nível nacional. Este cenário externo evidencia que os termos de troca foram se tornando mais limitados ao longo do tempo do PSDB na oposição, contribuindo para o aumento das tensões endógenas e tendo como consequência uma excessiva centralização decisória a partir de 1999.

Impactos endógenos das mudanças ambientais exógenas na organização do PSDB

O relatado na seção anterior terá efeitos deletérios para a organização interna do PSDB. Passamos a observar uma concentração de poder nas comissões executivas frente aos diretórios em todos os níveis. Isto foi possível graças as mudanças estatutárias que permitiram às executivas passassem a exercer atividades que cabiam aos diretórios. O grande exemplo se dá principalmente a partir do momento em que a executiva nacional passou a legislar sobre as coligações estaduais e municipais e sobre os mandatos, prorrogação ou antecipação, dos dirigentes partidários alterando significativamente a autonomia alcançada pelas instâncias locais, durante a fundação do partido (Ribeiro, 2013).

No momento seguinte viu-se a criação do Conselho Político Nacional, cuja participação, estatutariamente, garantia a formação de uma elite parlamentar no controle das decisões nacionais, na prática, formalizou-se o escanteamento do Diretório Nacional, impedindo que novos carreiristas do partido chegassem as instâncias de decisão ou a possibilidade de os mesmos concorrerem ao executivo nacional, diminuindo ou mesmo privando-os dos incentivos seletivos.

Conforme Ribeiro (2013):

Mirando maior autonomia diretiva, a liderança do partido criou, em 1999, um órgão de cúpula, mais restrito que o diretório e a executiva nacionais, capaz de tornar mais ágeis as decisões partidárias e esvaziando de poderes os outros dois órgãos. (...) Em 2007, o órgão se tornou mais restrito aos notáveis da sigla,

⁸ Importante apontar que apesar de historicamente este desempenho estar vinculado aos três recursos aqui discriminados e debatidos, a eleição de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro parece fugir da regra. Vários estudos na Ciência Política se debruçam sobre esta excepcionalidade e poderão ser alvo de futuros trabalhos e comunicados acadêmicos.

passando a ter menos de 15 membros (...) Em 2011, o órgão se transformou em um *petit comité* de seis membros, com uma composição que visava não apenas restringir decisões importantes aos maiores caciques da sigla, mas também incluir José Serra no comando tucano (Ribeiro, 2013, p. 241-242).

Estas tensões culminaram em seguidas disputas internas entre os caciques peessedebistas (Tasso Jereissati, José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves) entre 2002 e 2013, que com o passar do tempo e as falhas em obter novamente o controle do Estado fragilizaram a elite parlamentar controladora, afetando a imagem externa dos mesmos e do partido – associando-se traições e disputas interparlamentares, diminuía-se seus incentivos de identidade para com seus crentes.

Os eventos sequenciais a partir de 2014 passaram a atuar na desagregação da antiga coalizão dominante, apontamos como fatos decisivos para isso: i) derrota por uma diferença apertada de votos, nas eleições de 2014, que levou Aécio Neves (membro do *petit comité*) a pedir a recontagem dos votos (não aceitando a derrota) e questionar a credibilidade das urnas eletrônicas; ii) discordâncias internas entre membros da elite do partido sobre o papel a ser desempenhado no processo de impedimento de Dilma Rousseff; iii) envolvimento de Aécio Neves nos escândalos da Operação Lava Jato; iv) discordâncias sobre a participação do PSDB no governo de Michel Temer (2016-2019); v) desempenho eleitoral pífio de Geraldo Alckmin nas eleições de 2018 e traição de João Dória (afilhado político de Alckmin em São Paulo) – dentro daquilo que ficou conhecida como chapa “Bolso-Dória”.⁹

Podemos observar a partir de 2015, uma gradual tentativa de renovação do PSDB. Evento marcante aconteceu em agosto daquele ano quando jovens deputados do partido desceram a rampa do Congresso Nacional protestando contra o que chamavam de mazelas do governo Dilma Rousseff e prometendo se integrar aos protestos de rua que estavam acontecendo por todo o país. Eram então cerca de 15 parlamentares tucanos que passaram a serem chamados de “cabeças pretas”, em oposição ao que eram chamados de “cabeças brancas” que compunham a cúpula do partido e a bancada no Senado. Naquele momento, Aécio Neves administrou o apoio deles em prol de sua recondução ao comando nacional do PSDB, escalando-os para estrelar a campanha de renovação da Juventude Tucana. Dali em diante muita coisa mudaria, entre elas o envolvimento do político mineiro nas denúncias realizadas pela Lava Jato, a implosão de sua candidatura para 2018 e o fortalecimento de Geraldo Alckmin para a corrida

⁹ Os fatos aqui elencados também são apontados no trabalho Santos, Tanscheit (2019) como fundamentais para entender a troca de guarda da direita moderada pela direita radical entre 2016 e 2018, momento de ascensão do Bolsonarismo.

presidencial. Entretanto, as expressões “cabeças pretas” e “cabeças brancas” permaneceram como símbolo para o enfrentamento das novas e velhas lideranças pela direção do partido. Entre 2015 e 2018, os “cabeças pretas” articularam grande pressão contra os “cabeças brancas”, tornando-se voz ativa do partido durante o impedimento da presidenta Dilma Roussef em 2016, e em seguida, fazendo coro pela saída de suas lideranças do governo Temer, após os escândalos que abalaram a presidência do pemedebista. Em 2018, ainda que divididos, foram favoráveis ao embarque na onda bolsonarista, o que na ocasião foi chamado de “Bolso-Dória”.

Neste interim João Dória tornou-se protagonista entre os “cabeças pretas” e sua atuação alinhou-se perfeitamente com a ciranda de traições tão característica da cúpula pessedebista. Alçado a prefeito de São Paulo nas eleições de 2016 por Alckmin, em dois anos foi convencido pelo mesmo a sair como candidato ao governo do estado, entretanto, uma vez tendo deixado a prefeitura, Geraldo Alckmin, seu padrinho político, trabalhou para que mais tucanos entrassem na disputa contra seu afilhado pela cabeça da chapa, enquanto, articulava seu apoio a Márcio França, do PSB. Dentro deste contexto, Dória não hesitou, além de boicotar a campanha de seu padrinho a presidência da República, já no primeiro turno, se aproximou de Jair Bolsonaro, colaborando decisivamente para o fiasco eleitoral de Alckmin em 2018. Ao conseguir eleger-se governador de São Paulo, restava a João Dória garantir seu caminho para a candidatura à presidência em 2022.

Ainda que os “cabeças pretas” tenham se fortalecido nestes anos, os “cabeças brancas” ainda mantinham o controle da direção nacional. Buscando reconfigurar a fisionomia do partido, passamos a observar nas eleições de 2018 uma tentativa de mudanças nas regras do jogo, quando os cabeças pretas - João Dória e Eduardo Leite (governador do Rio Grande do Sul) – passaram a forçar a decisão da escolha do candidato do partido à presidência, não mais vinculado as decisões internas do *petit comité*, mas através da realização de prévias internas – o que poderia ser uma forma de respaldar o controle dos novos líderes - contornando o poder exercido pela antiga elite partidária, sobre as decisões de caráter nacional e afastando a antiga coalizão dominante. Fundamentalmente, João Dória, desde 2016, quando venceu as eleições para a prefeitura de São Paulo, tentava reorganizar o partido tendo como base uma visão empresarial que transplantava sua forma de gerir a legenda paulistana para o partido no nível nacional.¹⁰

¹⁰ Para um melhor entendimento da reorganização do partido proposta por João Dória em nível nacional, indicamos o estudo da eleição paulistana de 2016 presente em Franzon (2018).

Esta visão empresarial conflitava diretamente com os quadros mais antigos do partido, os chamados “cabeças brancas”, principalmente com Aécio Neves, que buscava solapar a ascensão nacional de João Dória e manter a influência do *petit comité* nas decisões sobre as eleições nacionais. Sem apoios importantes, como de seu padrinho político Geraldo Alckmin, e enfrentando dificuldades para se nacionalizar como líder do PSDB, João Dória, apesar de vencedor das prévias, renunciou a sua candidatura presidencial, o que, na prática, desencadeou um processo que levou a uma acefalia nacional do partido e culminou também com a dissolução da coalizão dominante, sem que uma nova coalizão estivesse formada.

Considerações Finais

Ao longo do trabalho buscamos retomar fatos e acontecimentos que impactaram em uma grande fragmentação dos quadros internos do PSDB, tendo como consequência derrotas sucessivas nas urnas. Nosso objetivo foi esmiuçar como a crise interna que se instalou a partir destes eventos levaram a implosão a cúpula dirigente do partido, reconfigurando nacionalmente o partido e tornando-o uma sombra do que já foi. Nossa hipótese principal para explicar este desastrosos caminho trilhado pelo PSDB é de que questões exógenas (aqui essencialmente especificadas pelas derrotas na corrida eleitoral e na perda dos cargos eletivos) impactaram nas questões endógenas (relações de poder) do partido, culminando no atual momento de quase refundação partidária.

Por isso, este trabalho buscou dar conta de dois objetivos. Primeiramente analisamos como se deu o colapso eleitoral do PSDB, focando em demonstrar a diminuição da posse de cargos eletivos ao longo dos anos de oposição partidária, que, aos poucos, minou a capacidade de distribuição de incentivos internos a um quadro altamente profissionalizado de membros. Como explicação para esse cenário buscamos demonstrar um contexto externo, evidenciado na paulatina diminuição de tempo no HGPE e na participação no fundo partidário, adicionando a isso a mudança no cenário eleitoral e nas disputas partidárias que notabilizaram o crescimento dos partidos fisiológicos e o declínio dos partidos tradicionais. O PSDB, assim como o (MDB e o PT) amargou derrotas eleitorais significativas diante de partidos outrora pequenos, cedendo espaço em todas as instâncias representativas.

O maior fracasso do partido se deu em 2022, quando pela primeira vez desde sua fundação não conseguiu indicar um nome para o cargo do executivo nacional, denunciando que a mudança organizativa do PSDB, pautada por Panebianco (2005), estava inconclusa até aquele momento. Este ciclo não estava concluído tendo como

evidência a crise na cúpula dirigente que se aprofundou a partir das prévias internas em 2018. Algumas características de infidelidade às decisões coletivas dos órgãos deliberativos nacionais – citando como exemplo a rebeldia de Eduardo Leite não aceitar a derrota - e a reação dos membros da antiga coalizão que conseguiram minar a candidatura de João Dória - que por sua vez também não conseguiu unificar o mesmo em torno de sua candidatura - evidenciam que o PSDB teve sua coalizão dominante dissolvida sem esta ser substituída.

Naquele momento, também não parecia pacificado as mudanças na fisionomia organizativa do partido - transformações das “regras do jogo” e “sucessão dos fins” - e as relações internas organizativas entre membros - unidades federativas e organizações externas. Com isso a instabilidade interna se manteve levando ao enfrentamento grupos internos não impossibilitando um acordo nacional ou mesmo compensações recíprocas satisfatórias.

A mudança inconclusa até aquele momento reforça nosso argumento de que o PSDB se institucionalizou como uma organização partidária fraca, diminuindo a autonomia do partido em relação ao ambiente, e determinando uma relação de subordinação aos interesses estaduais e locais. A crise se aprofundou ainda mais porque a antiga coalizão dominante não conseguiu cooptar os novos líderes e carreiristas, não promovendo uma circulação ou mesmo uma amalgamação dos líderes antigos e novos.

Assistimos desde então uma transição lenta, dolorosa e perigosa da organização partidária do PSDB. Após a queda de João Dória, que culminou na sua saída da legenda, o partido vem buscando reconstruir sua coalizão dominante sob o seu atual presidente nacional, Eduardo Leite. Se obtiver sucesso o partido pode finalmente completar a terceira fase da transição apontada por Panebianco (2005), entretanto permanecem muitas dúvidas dos caminhos que o PSDB irá tomar. O partido mudará sua forma de organização institucional? Reconstruirá sua identidade ideológica? Se reposicionará em que posição do espectro político? O ninho tucano, tradicionalmente posicionado no Sudeste, está de mudança para outra região? Finalmente, o PSDB voltará a ter relevância política no sistema partidário e eleitoral brasileiro, ou se tornará uma legenda nanica, à mercê dos novos ambientes que hoje se estabelece no cenário nacional? São muitas as perguntas que este estudo levanta, mas que somente o tempo e trabalhos futuros poderão responder.

Referências

- ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. *Análise Organizacional da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006): a estrutura relacional e o capital político*. 2008. 382 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Araraquara, 2008.
- BIEZEN, I. van and HOPKIN, J. Party organization in multi-level contexts. In: HOUGH, D.; JEFFERY, C. (eds.). *Devolution and Electoral Politics*. Manchester: Manchester University Press, 2006, p. 14-36.
- COTTER, Cornelius Philip. et al. *Organizations in American Politics*. New York: Praeger, 1984.
- DULCI, Marcelo Soares. *PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo*. 2010. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FRANZON, Davi José. *A Eleição de João Dória Junior: A Ascensão do Partido de Modelo Empresarial?* 2018. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- GENAIO, Pomeia. *A Formação do Partido da Social Democracia Brasileira*. 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Record: Rio de Janeiro, 1999.
- GUIOT, André Pereira. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2006.
- HAZAN, Reuven; PENNING, Paul Pennings. Candidate Selection in Western Democracies. *Special issue of Party Politics*, v. 7 n. 3, p. 267-275, 2001.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton. Princeton University Press, 1994, 259 p.
- LAMOUNIER, Bolivar. *Partidos e Utopias: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MAYER, Rodrigo Ricardo. *Os partidos como Organizações: um estudo comparado do PSDB e PT*. 2011. 86 f. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982 [1911].
- PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partidos: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº10, p. 225-265, jan/abr. 2013.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17 n. 49, p.71-92, 2002.

SANTOS, Fabiano, TANSCHKEIT, Talita. Quando Velhos Atores Saem de Cena: A Ascensão da Nova Direita Política no Brasil. *Colombia International*, n. 99, p. 151-186, 2019.

SILVEIRA, Leonardo; GOMES, Aline B. Pereira. Gomes. Entre a Especificidade e a Teorização: A metodologia do Estudo de Caso. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 22.2, p.75-101 – jul/dez 2014.

SPECK, Bruno Wilhelm; CAMPOS, Mauro Macedo. Questionando a tese da cartelização: o financiamento das organizações partidárias no Brasil (1998-2016). *Revista Opinião Pública*, nº 3. Campinas, p.923-959, set-dez, 2021.

TAVITS, Margit. *Post-communist Democracies and Party Organization*. New York: Cambridge University Press, 2013.

TSE. *Tribunal Superior Eleitoral*. Resultados e Estatísticas Eleitorais. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br>. Acesso em: 10 mai-2023.

TSE. *Tribunal Superior Eleitoral*. Estatísticas de Eleitorado. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em: 5 Jul-2023.

TSE. *Tribunal Superior Eleitoral*. Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/informacoes-partidarias/modulo-consulta-sgip3>. Acesso em: 5 jul-2023.

VIEIRA, Soraia. *O partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia*. Curitiba, 2016.

WILSON, James Q. *The Amateur Democrat*. Chicago: University of Chicago Press. 1962.